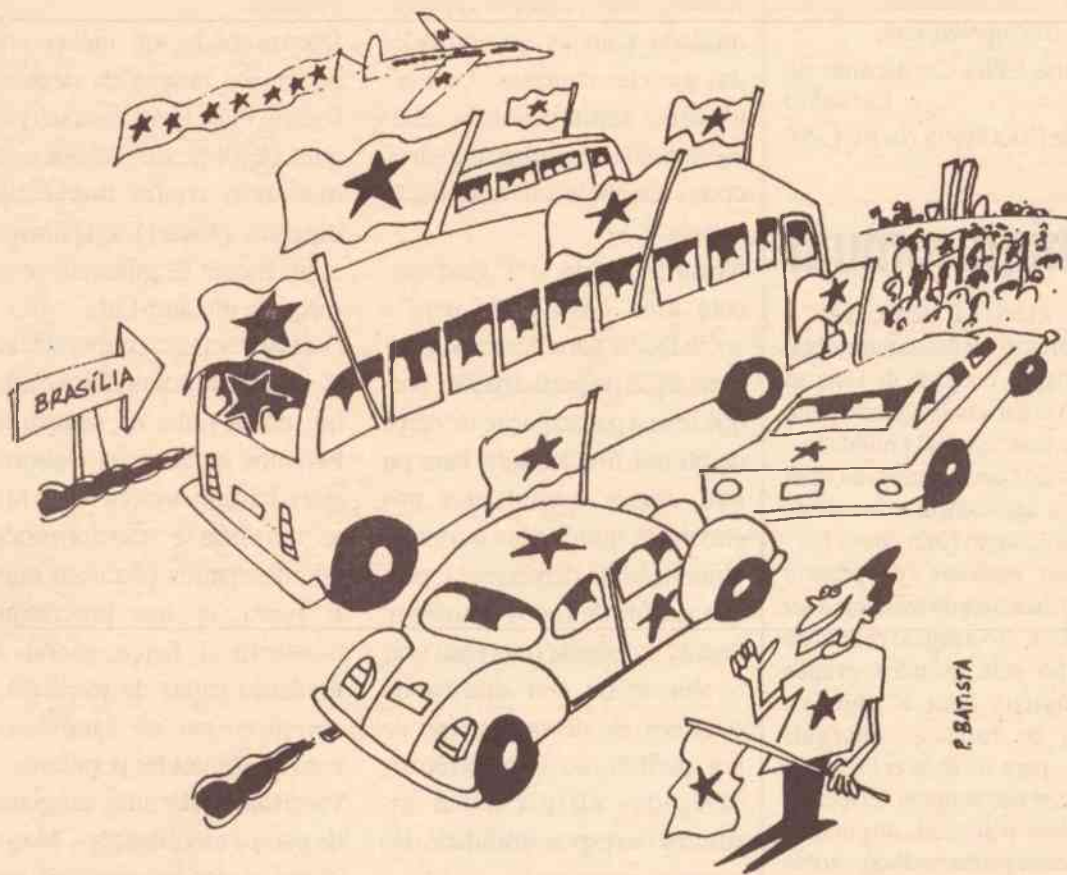


ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 86 - 2ª quinzena de Abril/94 - CR\$ 1.200,00



Rumo a Brasília

Estamos na linha de largada. O 9º Encontro Nacional do PT adotará o Programa de Governo e lançará a candidatura Lula, a alternativa de mudança para o país.

Páginas 4 e 5

1º DE MAIO

Vamos organizar caravanas a Brasília para o grande ato de lançamento da candidatura Lula
Página 5

ALIANÇAS

As resoluções da Executiva sobre a tática eleitoral nos Estados
Página 3

ESTADOS

O resultado dos Encontros Estaduais mostra as principais polêmicas que serão debatidas em Brasília
Página 4

NACIONAL

O escândalo do jogo do bicho aponta para a necessidade de reformas no Poder Judiciário
Página 7

Arrogância

A TV Cultura apresentou, dia 28 de março, uma entrevista com o jornalista Paulo Francis que declarou-se um conservador, liberal, profissional polêmico, por vezes bem-humorado e sobretudo vítima da depressão diante da estupidez da humanidade. No decorrer do programa verifica-se que Francis é um profundo conhecedor e partícipe de um pedaço da história contemporânea brasileira. Um homem bem formado, informado e culto. Mas profunda e lamentavelmente preconceituoso. Um poço de arrogância e intolerância, quesitos que costumam isolar os que sabem, impedindo-os portanto de dar, de praticar a arte de informar, dar acesso e fazer participar.

Sua incontestável repulsa ao PT, bem como sua falta de elegância ao mencionar o senador Eduardo Suplicy, me deixaram perplexa. Do alto de seus 64 anos, o jornalista dá-se ao luxo de chamar o candidato que lidera as pesquisas de opinião com 37% da preferência nacional de "o outro". Pois bem sr. Paulo Francis, "o outro" chama-se Luis Inacio Lula da Silva, é pernambucano, tem 43 anos e entende sim de privatização. Caso seja de seu interesse, dê-lhe uma chance para explicar. (...) Posso testemunhar que ele é imbatível na luta contra a

desinformação e a miséria em todos os níveis.

Prosseguindo no ataque, Francis declara que Lula é despreparado até como operário pois perdeu um dedo no torno. Ao mesmo tempo refere-se ao chefe do Serviço Secreto do Pentágono como herói de guerra, portador de uma paralisia no braço esquerdo. Quer dizer que aqui é incompetência e lá, ato heróico?

Pobre elite brasileira! Incompetente e desesperada, domina tanto o verbo, controla há muito o acesso e se debate diante da força suprema e incontestada da realidade. O que vocês fizeram nesses anos todos? (...) Nada fizeram — o desespero é compreensível.

Regina Célia Cavalcanti de Carvalho

Prof. de Psicologia da PUC-SP

Inimigo comum

Petistas, a tática é a mesma: FHC é a única arma a ser usada para tentar inviabilizar a chegada de Lula ao Planalto e dar continuidade a um governo marcado pela nulidade e desonra. Só com muita união, com ideologia apartidária e isenta de hipocrisia, nosso Lula chega lá. Interesses pessoais (no próprio partido) é a maior dificuldade a ser superada. (...) Na região central do recife há seis grandes grupos filantrópicos com o objetivo comum de lutar e conseguir recursos para os menos favorecidos, porém não se unem. Criticam-se, perdem potencial, disputando quem desempenha melhores ações pró-pobreza...

É isto o que acontece também com os diversos partidos da oposição, que têm um único inimigo mas não se unem para derrotá-lo. Querem mesmo é a fama de herói para si. Não pensem vocês que este grave erro passa despercebido ao povo que, confuso, só vota em quem não deve votar.

Vocês querem modificar para melhor este poço de fezes? pois unam-se (...). Assimilem o que está claro e não queiram para si a alcunha de herói.

Elói da Silva
Recife - PE

EDITORIAL

Criatividade, garra e mobilização

Finalmente, o lançamento da candidatura Lula e adoção de um Programa de Governo.

De certo modo, o 9º Encontro é a culminância da trajetória de dezenas de milhares de militantes que construíram em quinze anos uma alternativa de governo neste País.

Firmada no combate aos poderosos, exploradores e especuladores, mas também compromissada com as necessidades das grandes maiorias. Uma alternativa antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, como estabeleceu a tradição petista.

Nessa trajetória, o 9º Encontro será uma nova lição para a sociedade e para nós mesmos. Uma lição de participação, porque teve a participação de cerca de 60 mil filiados que, bem ou mal, foram consultados nos encontros municipais e zonais. Uma lição de democracia, porque depois de todos opinarem, depois da grande imprensa usar e abusar de seu direito de interferir no debate interno de um partido, ao final serão os delegados eleitos quem assumirão a responsabilidade das decisões principais.

Mas, enquanto isso, em cada manifestação da crise nacional assim como nas pesquisas, cresce a força da alternativa representada por Lula. Uma alternativa credenciada aos olhos do povo pelo significado que ela veio anunciando, depois que praticamente todas as variantes do espectro político tiveram a oportunidade de passar pelo governo, em menos de uma década.

Desde os tecnocratas da ditadura militar até a dita social-demo-

cracia do PSDB, todos se revezaram na aplicação contínua dos mesmos planos impostos de fora para dentro ao País, com o fim de manter o pagamento da dívida externa.

Todos se revezaram no chamado "ajuste estrutural" recomendado por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial.

Interrompê-lo vai mexer com poderosos interesses, dentro e fora do País. É essa a razão pela qual, desde já, surgem ataques e manobras contra nossa candidatura. Desde já, as chamadas elites tratam de juntarem-se em torno de um anti-Lula.

Por isso tem tanta importância a discussão de nossa tática eleitoral, nossa linha de campanha. Faremos as alianças eleitorais que o Partido decidiu fazer. Mas as reformas e transformações que desejamos precisam mais. É agora, já, que precisamos construir a força social de mudança capaz de respaldar o compromisso da candidatura com as demandas populares.

Precisamos de uma campanha de garra e mobilizações. Marcada pelos grandes comícios, pela criatividade para driblar os monopólios dos meios de comunicação. Mas, sobretudo, precisamos de milhares de Comitês Populares Lula Presidente. Precisamos de plenárias populares, setoriais, regionais e Encontros Nacionais que reúnam toda energia, entusiasmo e amplitude necessários para transformar o Brasil.

Markus Sokol
Secretário Nacional de Comunicação

BOLETIM NACIONAL

Abril/94
2ª quinzena Nº 86

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação
Markus Sokol

Secretário Adjunto
José América Dias

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321

Editoração Eletrônica
William Aguiar

Assinaturas/Expedição
Ronney Lopes

Impressão
Central Print

Alianças nos Estados

A composição das alianças para a disputa dos governos estaduais foi um dos assuntos em pauta na reunião da Comissão Executiva Nacional do dia 15 de abril. A seguir, as resoluções aprovadas pela CEN.

Ceará. A resolução, aprovada por unanimidade, diz: "O PSDB, renegando completamente seu sentido histórico, busca às claras uma aliança com partidos herdeiros da ditadura (PFL, PTB e PL, dentre outros), o que, evidentemente, impossibilita qualquer tipo de aproximação nossa, a não ser nos estados onde a direção tucana rompa publicamente com a política oficial nacional de alianças do PSDB.

1. Deveremos, no Ceará, prosseguir nos esforços de construção de alianças nos termos previstos pelo 8º Encontro;

2. O Encontro deve orientar o Conselho Deliberativo Estadual e a sua Comissão Executiva no sentido de buscar construir uma candidatura, seja do PT, seja de outro Partido que componha conosco a frente.

3. No caso específico do PSDB-Ceará, a continuidade das conversações deve ter por objetivo claro o rompimento da política oficial de alianças, a nível nacional, do PSDB como **única** possibilidade de fazermos alianças no estado do Ceará.

4. O Encontro Estadual, se assim o entender, poderá delegar ao CDR a deliberação final sobre a política de alianças, ao final do processo de

discussão com as forças políticas, consultada a direção nacional.

5. A Comissão Executiva Nacional se compromete a acompanhar todo esse processo de debate, na expectativa que ele transcorra num elevado padrão de respeito, tendo sua importância colocada acima dos interesses da disputa interna em nosso Partido".

Rio Grande do Norte. A CEN decidiu "orientar a direção do Partido no Rio Grande do Norte e o Encontro Estadual a manterem as resoluções tomadas no 8º Encontro Nacional e encaminhadas pela Comissão Executiva Nacional, no sentido de construirmos uma frente de partidos nos estados em torno de um programa democrático e popular e do apoio à candidatura do companheiro Lula à presidência da República, já no 1º turno da eleição". O PT-RN foi orientado pela Executiva Nacional a participar "de uma aliança com o PSB, PC do B e demais partidos da frente nacional".

Sergipe. A CEN avaliou o quadro político em Sergipe e, unanimemente, considerou "positivo o processo de aliança dos partidos do campo democrático e popular", embora não entenda "a presença do

PP nesta frente", contrariando as definições do 8º Encontro. "O Partido dos Trabalhadores em Sergipe deve questionar diretamente a presença do PP nesse arco de alianças, inclusive com uma vaga para o Senado", decidiu a CEN. "Havendo permanência do PP nesta frente, o Partido dos Trabalhadores reavaliará sua participação nela".

Paraíba. A CEN decidiu "considerar a candidatura majoritária do PT na Paraíba, aprovada pelo Encontro Estadual como elemento chave para fortalecer a nossa presença política no estado, o que não exclui as discussões e entendimentos com outras forças políticas em torno de um programa democrático e popular e da candidatura do companheiro Lula. E ainda "apoiar a iniciativa da direção estadual de realizar no dia 23 de abril um seminário estadual de todos que apoiam a candidatura Lula Presidente". A Executiva vai "acompanhar as definições políticas e de candidaturas de outros partidos e atuar no sentido de construir na Paraíba uma frente capaz de representar no estado a proposta de mudança sintetizada na candidatura Lula à presidência da República".

COLUNA DO CANDIDATO

Inauguramos nesta edição uma coluna sobre as atividades de Lula que não são divulgadas pela mídia

Nenhum dirigente político brasileiro realizou em meio século um esforço tamanho para conhecer o país, comparável às caravanas da cidadania lideradas por Lula.

Lula emerge ao final do ciclo das caravanas, sem nenhum favor, como a liderança política que melhor conhece em carne e osso os espantosos dramas dos milhões de brasileiros excluídos pelo modelo econômico, social e político imposto pelos militares e institucionalizado pela Nova República, Collor e Itamar. É com essa bagagem que hoje Lula dialoga com os diferentes setores sociais que o procuram e que são procurados pelo PT com o objetivo de compor um amplo arco de alianças capaz de sustentar as reformas estruturais que o país reclama.

Destaca-se, nos últimos dias, a entrevista com o presidente do Sindicato Nacional dos Caminhoneiros Autônomos, que representa um setor social tradicionalmente conservador, que em 89 apoiou a candidatura Collor e o encontro com Dom Luciano Mendes, presidente da CNBB, às vésperas da Assembléia anual dos Bispos, em Itaici.

Estamos, o partido e a candidatura, confrontados com a necessidade de exercermos todo acúmulo que a experiência política de 14 anos nos permitiu, no sentido de sairmos dos nossos muros e aprendermos a dialogar com a sociedade sem abrir mão dos compromissos históricos que dão fundamento à nossa ação política. Dito de outro modo, é indispensável dialogar com todos os setores sociais, inclusive aqueles que terão prejuízo com o governo Lula.

CUPOM DE ASSINATURA

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Cidade _____ UF _____

Assinatura semestral (12 edições) 6,5 URVs

Assinatura anual (24 edições) 13 URVs

preço válido até 30/03

BOLETIM NACIONAL

ENCONTROS ESTADUAIS

Elevando a temperatura

Os encontros estaduais do PT podem funcionar como termômetro do 9º Encontro Nacional. Além da eleição dos delegados, os estados mostram as principais polêmicas a serem debatidas em Brasília.

Negociar a dívida externa ou decretar moratória? Aborto é ou não assunto para o Programa de Governo? O PT deve fazer aliança com o PSDB? Se depender dos encontros estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará, essas questões vão por fogo no plenário do 9º Encontro Nacional.

A resolução sobre dívida externa no Programa de Governo Lula-94 praticamente dividiu ao meio os 1.422 delegados credenciados para encontro paulista. "Foi sem dúvida o ponto mais disputado", diz Fábio Pereira, secretário de Organização do DR-SP, que calcula uma diferença de 40 votos — cerca de 2,8% do total — para a proposta vencedora. Não houve contagem e o resultado, decidido no contraste, manteve a formulação da Comissão Executiva Nacional, que propõe a negociação da dívida e coloca a moratória como uma possibilidade, não como um imperativo.

Já os gaúchos — tradicionalmente tachados de "machistas" — deram à proposta de descriminalização do aborto sua vitória política mais visível. A manutenção da proposta no Programa de Governo "foi a discussão mais empolgada, que mais mobilizou o plenário", conta João Machado, membro da CEN que acompanhou o Encontro Estadual do Rio Grande do Sul.

PSDB

No Ceará, o 11º Encontro Estadual resolveu bater de frente com as resoluções do 8º Encontro e a Comissão Executiva Nacional: por 102 a 96 votos, com duas abstenções, os delegados mantiveram a possibilidade de coligação com o PSDB local, indicando o deputado Mário Mamede como candidato a vice-governador na chapa de

Tasso Jereissati.

Se São Paulo e Rio Grande do Sul centraram suas atenções em pontos do programa de governo, e o Ceará ocupou-se mais da política de alianças, o Espírito Santo conseguiu fazer um "mix" das duas questões. A tática eleitoral foi o tema mais acirrado, mas "pela primeira vez conseguimos debater programa de governo num encontro estadual", conta o vice-presidente do DR-ES, Magno Pires, que considera esse como "o melhor encontro que o Espírito Santo realizou em muitos anos".

O PT aclamou a candidatura do ex-prefeito de Vitória, Vítor Buaiz, ao governo e definiu uma política de alianças com o PSB, PC do B, PPS, PV e PMN, além da busca de apoio de setores do PSDB, PDT e PMDB. O PT reivindica uma das vagas para o senado na chapa majoritária e indicou seis nomes para a composição da chapa. Aclamados também foram as candidaturas do deputado federal José Dirceu ao governo de São Paulo, do ex-prefeito de Porto Alegre Olívio Dutra ao governo do Rio Grande do Sul. A ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina e a deputada federal Benedita da Silva (RJ) disputarão o Senado em seus estados.

Ao contrário de Vítor, Zé Dirceu e Olívio, Jorge Bittar enfrentou um páreo duro para tornar-se o candidato petista ao governo do Rio. Vereador mais votado da capital carioca, com 105 mil votos, Bittar ganhou a indicação contra o deputado federal Vladimir Palmeira, o líder estudantil de 68, ex-líder da bancada federal petista. Passou apertado numa disputa que a imprensa tentou transformar numa guerra: 205 votos contra 191.

As polêmicas do 9º Encontro

Suspensão, renegociação ou suspensão como instrumento da renegociação dos pagamentos da dívida externa. Esses parecem ser os termos da mais importante polêmica sobre o Programa de Governo de Lula para a campanha presidencial.

Não é sem razão. Afinal, país por país, continente por continente, é o chamado "ajuste estrutural universal" o que marca as políticas de diversos governos. Naturalmente, num país fortemente endividado, como o Brasil, é a atitude do governo em relação à dívida, e portanto em relação ao sistema financeiro mundial que articula um complexo de instituições multilaterais — FMI, Banco Mundial, G-7, GATT, entre outros — que pode definir o sentido geral de suas políticas. Se vai prosseguir no caminho daquele "ajuste", ou se vai ousar apontar em outra direção.

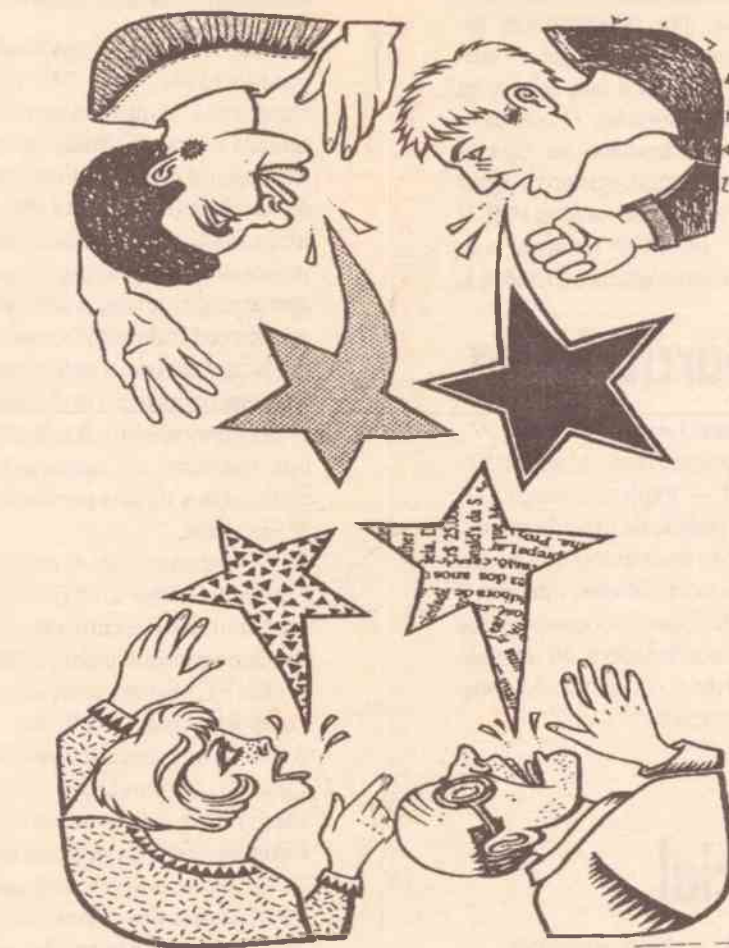
No debate aberto, ganhou destaque a ruptura ou anulação dos acordos com o FMI por parte dos últimos governos. Ela foi considerada uma afirmação programática necessária pelos Encontros Estaduais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Amazonas, por exemplo, mas não em São Paulo (apertado) e Santa Catarina, dentre aqueles que chegaram a discutir o Programa.

Aborto

Criada, sem dúvida, pela grande imprensa, a discussão à respeito da pertinência dessa questão no Programa de Governo ganhou não obstante vida própria dentro do PT. Foi o único ponto (longamente) debatido na plenária do Encontro gaúcho, que manteve o programa nesta questão, ao contrário do Paraná que retirou a formulação que constava do Projeto ("atendimento do aborto em condições seguras através do serviço público").

Privatizações

Outra questão muito discutida nos Encontros, e muito cobrada também pelos adversários do PT atra-



vés da imprensa.

A julgar pelos Encontros Estaduais paulista, mineiro e gaúcho — os principais até aqui realizados — o Programa deverá confirmar a orientação do 8º Encontro Nacional do PT (1994).

Ou seja, interromper o "programa nacional de desestatização" e iniciar uma revisão de todo o processo, de cabo a rabo, de modo a anular os leilões irregulares ou prejudiciais ao interesse nacional. A abertura de alguns monopólios estatais através de Concessão à iniciativa privada — que aparece no Programa nas áreas de Energia e Ferrovia — foi retirada do texto nos Encontros mencionados.

Além desses, outros temas têm centralizado a atenção dos delegados estaduais. A ampliação das formas de participação popular, a conceituação da chamada revolução democrática — às vezes questionada —, o combate aos

lucros especulativos, a amplitude da reforma agrária prevendo o compromisso com uma meta de assentamentos foram bastante debatidos.

Tática eleitoral

No Encontro Nacional, ainda deverá ser discutida a tática eleitoral. O naufrágio provável da revisão constitucional abre discussão sobre como colocar desde já, na campanha deste ano, a necessidade das profundas transformações institucionais, portanto de natureza constitucional, necessárias para realizar o programa democrático e popular do novo governo.

Igualmente importante é, na campanha propriamente dita, definir a real importância dos comitês populares Lula Presidente e a abrangência final do arco de alianças nos estados, que em alguns casos podem ser polêmicos.



Companheiros de São Paulo e de Brasília trabalham para que cada detalhe de organização e de infraestrutura para o 9º Encontro Nacional do PT funcione plenamente. Joaquim Soriano, coordenador dessa comissão de preparação do Encontro, garante que está tudo pronto. Confira:

Local. A diretoria da Câmara mudou o parecer e permitiu que o Encontro seja realizado nas dependências do Congresso Nacional. Serão usados os auditórios Nereu Ramos, Petrônio Portela e o Plenário da Câmara, que agora é auditório Ulisses Guimarães.

Delegados. Sem a confirmação de todos os estados, a SORG trabalha com uma estimativa de 500 delegados.

Convidados. Embaixadas e mais de uma centena de partidos da Europa, África, América Latina e EUA foram convidados para o Encontro pela Secretaria de Relações Internacionais (sem compromisso com despesas). Entidades como OAB, CNBB e PNBE serão convidados pela Secretaria Geral Nacional e representantes de entidades populares virão a convite da Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Alojamentos. Os delegados serão instalados nos hotéis Alvorada, Nações e Américas, localizados no Setor Hoteleiro Sul, a quatro quilômetros do Congresso. Na diária (de 16 dólares) está incluído o café da manhã. Os DR's devem arcar com pouco mais de 60% do custo da hospedagem e a tesouraria nacional assume o restante.

A SORG lembra aos companheiros

Vamos todos a Brasília

A ordem é organizar caravanas a Brasília. No 1º de maio estaremos todos participando do ato público de lançamento da candidatura de Lula à presidência.

que cada delegado será registrado como hóspede e que despesas extras (com bar, frigobar e restaurante) ficam por conta do hóspede.

Transporte. O transporte das delegações para Brasília será rateado para equalizar preços e distância. De responsabilidade da tesouraria nacional, em combinação com as executivas estaduais, o critério para passagens aéreas ou terrestres deve ser o mesmo adotado no 8º Encontro.

Haverá transporte entre os hotéis e o Congresso, feito por perua-kombi e ônibus, de manhã e à noite.

Bagagem. No domingo de manhã todos deverão encerrar suas contas e levar sua bagagem para o Congresso, onde haverá um maleiro funcionando até o encerramento do Encontro.

Alimentação. Todos receberão, no ato do credenciamento, tickets para cinco refeições que serão feitas no Restaurante da Associação dos Funcionários da Câmara: almoço e jantar de sexta e sábado, e almoço de domingo.

Creche. A Secretaria de Organização pede às mães delegadas que necessitem trazer seus filhos que entrem em contato até o dia 26, para que seja feito o controle do número de crianças e a escolha de monitores e atividades.

Programação. A abertura solene, na manhã de sexta-feira, será feita no auditório Petrônio Portela (veja pauta ao lado). No sábado e no domingo o Encontro prossegue no Plenário da Câmara, que tem capacidade para 500 pessoas sentadas. Não serão utilizadas as galerias que se encontram em obras.

A SORG pede aos DR's que enviem urgentemente os nomes e endereços dos delegados para que estes recebam em casa outras instruções, inclusive quanto às normas de ingresso e de segurança da Câmara dos Deputados.

Ato Público. Atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu... a partir das 15 horas de domingo, milhares de pessoas se reunirão na rampa do Congresso para a o ato público de lançamento da candidatura Lula. Caravanas dos municípios vizinhos a Brasília estão sendo organizadas pelo diretório do Distrito Federal e os demais diretórios estão convocados a fazer o mesmo.

Pauta

Sexta-feira, dia 29/4

9h00 - Credenciamento
11h00 Abertura e aprovação do Regimento Interno do Encontro
14h00 - Plenário: Debate sobre Programa de Governo
20h00 - Debate sobre Programa de Governo

Sábado, dia 30/4

10h00 - Debate sobre Eleições 94 (conjuntura, tática eleitoral e alianças)
14h00 - Votação das emendas ao Programa de Governo
20h00 - Votação das emendas ao texto sobre Eleições 94

Domingo, dia 1º de maio

10h00 - Resoluções sobre o Estatuto do PT
16h00 - Ato de Encerramento do 9º Encontro (na rampa do Congresso)

RELACÕES INTERNACIONAIS

"Outro país é possível"



Este foi o lema da Frente Grande que, nas eleições para deputados constituintes na Argentina, no dia 10 de abril, derrotou o Partido Justicialista de Menem e o Partido Radical de Alfonsín na Capital Federal (cidade de Buenos Aires) e obteve o terceiro lugar no plano nacional, com 15% dos votos.

O voto nas listas da Frente foi, em primeiro lugar, um repúdio à reeleição de Carlos Menem, que esperava — depois do acordo com Alfonsín — conseguir maioria para reformar o artigo constitucional que impede a reeleição para Presidente da República. Em segundo lugar, um voto de repúdio à corrupção que ganhou as manchetes dos jornais nas semanas anteriores ao pleito.

Até 10 de abril, o Partido Justicialista e a Unión Cívica Radical foram os donos de aproximadamente 80% do eleitorado argentino. Nestas eleições fizeram, juntos, pouco mais de 50%. Ainda assim os constituintes eleitos por Menem e por Alfonsín superaram a metade dos 305 deputados.

No entanto, a Convenção Constituinte contará com 36 deputados da Frente Grande que têm perfil

muito diferente daquele predominante nos legislativos desse país nos últimos dez anos. Carlos Chacho Alvarez, o líder da lista ganhadora na Capital Federal (37,7%) é um professor de história que, eleito deputado pelo PJ em 1989, liderou a oposição ao plano neoliberal de Menem e deixou o partido com outros sete deputados nacionais formando o "Grupo dos Oito".

Fernando Pino Solanas, conhecido cineasta que foi baleado por denunciar casos de corrupção no governo Menem, foi eleito na lista da Frente, assim como Mary Sanches e Alberto Picinini, que representam os setores mais combativos do sindicalismo e o Bispo Jaime de Nevares presidente honorário da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos. O cenário político para as eleições presidenciais de 1995 está, desde já, desenhado fora dos padrões históricos do bipartidarismo. O desafio da Frente Grande consistirá em passar da referência ética pela transparência institucional para uma proposta que possa dar respostas alternativas ao modelo dominante, de gravíssimas consequências no plano social.

Solidariedade a Canese

Ricardo Canese, militante da oposição e vereador por Assunção (Paraguai), foi julgado culpado por "difamação e calúnia" e condenado a quatro meses de prisão, além de multa milionária, por haver denunciado o governo de práticas de corrupção. Especialista em assuntos energéticos, Canese passou dez anos no exílio durante a ditadura

de Stroessner por denunciar corrupção em torno da Hidroelétrica binacional de Itaipu. Manifestações de solidariedade ao companheiro Canese devem ser enviadas a: Joan Carlos Wasniosy, Presidente da República de Paraguai - Palácio Lopez Asuncion fax: 00595-2144774 (com cópia para a SRI- fax: 011-222.9665)

Eleições em El Salvador

Ossalvadorenhos escolhem seu novo presidente, no dia 24/4, entre Calderón Sol (Arena) e Ruben Zamora (Convergência Democrática - FMLN).

Os resultados das eleições municipais (de 23 de março) favoreceram a Arena, que ganhou 206 prefeituras. A FMLN — que elegeu prefeitos em 16 municípios — perdeu em importantes cidades por uma

margem ínfima de votos. Considerando as irregularidades no pleito verificadas por observadores internacionais, conclui-se que o Partido FMLN fez uma boa estréia na política salvadorenha. O que também fica evidenciado na eleição para a Assembléia Legislativa (Congresso): Arena 39 deputados, FMLN 21, PDC 18, PCN (aliança com Arena) 4, Convergência 1 e Unidad 1.

Pela extradição de Garcia Meza

O deputado petista Nilmário Miranda encaminhou ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao STF, uma moção — assinada por 120 deputados e senadores de todos os partidos representados no Congresso — apoiando o pedido de extradição (feito pelo governo da Bolívia) do ex-ditador Garcia Meza, preso com

documentos falsos no Brasil.

"O fundamento tanto de sua prisão no Brasil — explica a moção — como do pedido de extradição não diz respeito às convicções ou atos políticos do ex-ditador, mas sim à prática de crimes comuns pelos quais foi condenado a 30 anos de prisão. O direito de asilo não pode ser conspurcado."

JUVENTUDE

Um passo inicial

O dia nacional de lutas, marcado pela UNE para 13 de abril, esteve longe de cumprir as expectativas. Ocorreram atos esvaziados em algumas capitais e fatos isolados, como a invasão da delegacia do Ministério da Fazenda, em SP, com razoável cobertura da imprensa.

A intenção da UNE e das demais entidades que articularam essa mobilização era protestar contra o aumento abusivo das mensalidades escolares e o corte de verbas para a Educação, patrocinado e legitimado pelo plano FHC. Pretendia-se, também, atingir a Revisão Constitucional, que ameaça (ou ameaçava) atingir direitos fundamentais dos estudantes, como a gratuidade no ensino superior.

As ameaças que estão colocadas para o conjunto dos estudantes, caracterizadas pela possibilidade de que se inicie um novo ciclo de elitização do acesso à educação, através da implementação do projeto neoliberal no setor, impõem uma constatação: as manifestações

do dia 13 foram insuficientes.

Para promover um enfrentamento consistente da política neoliberal é fundamental que se articule um amplo movimento, sustentado por estudantes, professores e funcionários da educação.

Os limites da mobilização particularizada numa conjuntura difícil ficaram evidenciados no dia 13 de abril. É importante dizer que a UNE já tinha consciência das dificuldades de mobilização e que já buscava articular um trabalho conjunto com os demais setores da educação para intervir nas disputas imediatas e também no processo eleitoral.

Apesar dos problemas, é preciso reconhecer que a iniciativa da UNE foi importante. Num ano em que a disputa eleitoral colocará projetos opostos em confronto, a mobilização popular será fundamental para que vençamos. É preciso começar a sair da inércia e incentivar os movimentos a se manifestarem.

Nova aula de cidadania

As caravanas lideradas por Lula já percorreram 30 mil quilômetros, visitando aproximadamente 400 municípios.

"De um ano para outro a paisagem mudou. Em lugar da seca que castigava o chão e a vida quando atravessamos outros quatro estados nordestinos, na Primeira Caravana da Cidadania, há exatamente um ano, desta vez pegamos um inverno bom. São José foi generoso." Assim inicia Lula o relato da V Caravana da Cidadania que percorreu os estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, entre os dias 19 e 31 de março. O relatório da V Caravana prossegue mencionando fatos que causaram indignação: "O único lugar onde se notava algum sinal da presença do Estado era nas Frentes de Emergência, criadas no tempo da seca e sobreviventes no inverno por absoluta carência de políticas governamentais. Os flagelados continuam ganhando CR\$ 8.200,00 por quinzena e, na maioria das cidades visitadas, os pagamentos encontravam-se atrasados há meses".

E prossegue: "nas bodegas do Rio Grande do Norte, junto a campos verdejantes e virgens de plantio, só se encontra feijão do Rio Grande do Sul. Em Soledade, na Paraíba, como em dezenas de outras cidades, pequenos lavradores queixavam-se da falta de financiamento para a compra de sementes. Enquanto isso, na mesma semana, a Sudene mudava seu critério de prioridades para aprovar dois projetos do Finor nas áreas de cimento e reflorestamento, beneficiando dois dos maiores grupos privados nacionais, Votorantim e Odebrecht.

Revolta-nos encontrar situações como a de Santa Cruz (RN) que continua sem água, precariamente abastecida por carros pipa, pois a barragem rompida em 1981 até hoje não foi reconstruída. Indignamos ainda mais encontrar professores ganhando um quarto do salário mínimo".

Por outro lado, os caravaneiros puderam constatar o sucesso de programas de irrigação visitando os projetos Jaguaribe-Apodi, no Ceará, e o Perímetro de São

Gonçalo, na Paraíba. Programas que, bem administrados, resultaram numa agricultura moderna, altamente lucrativa, tanto na produção de alimentos básicos como de frutas tropicais para exportação. Mas o que mais emocionou os integrantes da VI Caravana foi ver que na pequena Icapuí, no litoral cearense — administrada pelo PT desde a sua fundação, há 10 anos —, não há uma única criança fora da escola, condição que lhe valeu recentemente um prêmio internacional concedido pela UNICEF.

Mais uma

Foram apenas 13 dias de intervalo. Lula já está novamente com o pé na estrada, realizando a VI Caravana da Cidadania que percorrerá mais 37 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás, seguindo o seguinte roteiro: dia 13/4 - São Luis (MA), Alcântara, Teresina (PI) e Caxias (MA) — onde haverá um ato público; dia 14/4 - Codó (MA), Coroatá, São José dos Mouras, Pedreiras; dia 15/4 - São Luiz Gonzaga (visita a Escola Família Agrícola), Bacabal, Santa Inês; dia 16/4 - Buriticupu (ato público sobre violência no campo), Açailândia, Imperatriz (MA); dia 17/4 - Imperatriz (encontro com o Bispo); Augustinópolis (TO), Arixá, Sítio Novo, São Miguel (visita a Associação de Quebradeiras de Coco de Babaçu), Estreito (MA); dia 18 - Tocantinópolis, Araguaína, Colinas, Barrolândia (visita a Associação de Pequenos Produtores), Paraíso do Tocantins; dia 19/4 - Porto Nacional (debate sobre Organização Popular e Saúde), Palmas (debate sobre desenvolvimento); dia 20/4 - Santa Terezinha (MT), Gurupi; dia 21/4 - Porangatú (GO), Minaçu (visita a SAMA - Sociedade Anônima Mineração de Amianto), Porangatú (debate com pequenos produtores); dia 22/4 - Uruaçu, Crixás, Ceres, Anápolis (ato lançamento governador) e Goiânia.

Um novo poder judiciário

O recente escândalo do jogo do bicho, que envolve membros do Judiciário, aponta para a necessidade de reformas neste Poder

É oportuna a discussão de uma nova estrutura do Poder Judiciário. A Constituição de 1988 não contribuiu em nada para a democratização do Judiciário, dando-lhe características de um super poder, imune a tudo e a todos. Dentro do prisma da atropelada Revisão Constitucional vem assumindo relevância o debate sobre a instituição do controle externo do Poder Judiciário e como esse controle deve ser estabelecido.

Assunto polêmico. Tanto que os ministros do Supremo Tribunal Federal se dividem no apoio e na repulsa à idéia. Como premissa para a discussão, convém assinalar que o controle desejado não abrangia a independência dos magistrados no que diz respeito ao exercício da jurisdição. Não teria mesmo sentido a criação de mais um órgão de controle institucionalizado por parte da sociedade civil. Tal idéia se insere no panorama maior da democratização, pois como se assevera o ministro Celso de Melo, da Suprema Corte, o "exercício do poder, sem limitações ou sem possibilidade de fiscalização desfavorece a prática efetiva das liberdades públicas."

Tudo o mais gira, na verdade, em torno da maneira pela qual esse controle possa se exercer. Porque não se pode reduzir a mais um conjunto de normas inoperantes e que por não serem aplicadas desmerecem as suas finalidades maiores. Ou seja, a construção de um Poder Judiciário realmente democrático, como um dos pés que sustentem as instituições como pressuposto de um regime voltado para o objetivo maior de um Estado que seja o meio para se alcançar o desenvolvimento do povo.

Então, quais seriam os mecanismos capazes de tornar efetivo esse controle, além de se estender o processo de "impeachment" a todos os magistrados e não apenas aos membros do STF, como acontece no Brasil?

Nesse conjunto de idéias, não se

pode considerar o controle apenas dos tribunais, mas de todos os juizes. E o controle passa sem dúvida por uma maior estabilidade dos magistrados nas comarcas que percorriam durante o cumprimento de suas carreiras. Hoje, um juiz adquire a garantia da vitaliciedade depois de dois anos de exercício da judicatura. E isto acontece mediante um processo burocrático sem maiores indagações de conduta do juiz durante esse estágio probatório. Por que não submetê-lo, desde logo, o processo em discussão à decisão de um colegiado de feito não permanente, mas convocado especificamente para manifestar-se sobre a conveniência de outorgar-lhe essa importante garantia, ou se deverá aguardar mais tempo para a sua concessão?

Da mesma forma, as promoções não deveriam ser efetivadas tendo-se em vista apenas a apreciação "interna corporis", mas por igual, ouvindo o colegiado — para esse fim convocado — com a participação de determinado segmentos da sociedade civil.

Convém ressaltar que não se deseja o estabelecimento de órgãos permanentes de controle, mas de colegiados cujos membros seriam recrutados, de entidade da sociedade civil para atuarem em casos pontuais. A partir daí, viria o procedimento do "impeachment" e o posterior e devido processo legal, penal e ou civil público. É importante também a revisão dos critérios e do processo de recrutamento dos juizes dos Tribunais Superiores, incluindo o voto da Câmara para a investidura.

Em suma, a Justiça brasileira como um todo precisa ser repensada. Não serão os privilégios até o presente acumulados que fortalecerão o Poder Judiciário, mas a sua vocação do serviço ao povo e a prestação de contas a este mesmo povo. Estas circunstâncias assumem características especiais no Brasil, onde o nosso povo é um dos mais carentes de Justiça em todo o mundo.

JARU (RO)

O tiro da direita saiu pela culatra

Perder a partida não é nada: feio mesmo é tentar “melar” o jogo. Mas a oposição à administração petista de Jaru, em Rondônia, parece que não sabe disso. Com base em duas denúncias falsas, a direita da cidade tentou cassar o mandato do prefeito Rui Luiz Zimmer. “Quando nós ganhamos, eles juraram que a gente não tomava posse. Já temos mais de um ano governando, mas eles não perderam as esperanças”, conta o secretário de Educação municipal, Arnaldo da Silva. “Eles” são os velhos caciques locais, comandados pelo PPR.

Alegando o desvio de 13 mil litros de combustível e a compra superfaturada de medicamentos para o hospital municipal, os vereadores da oposição armaram um carnaval na última semana de março. Com carros de som e panfletos, convocaram a população para a porta da Câmara Municipal, para o “ato de instauração do processo de impeachment” do prefeito petista.

Resultado: três mil pessoas compareceram, só que para apoiar Rui Zimmer. “O prefeito foi abraçado, aplaudido e carregado pelo povo”, conta, empolgado, o chefe de



gabinete da prefeitura, Brás Pretti. Quanto às denúncias, a administração conseguiu provar na justiça a improcedência de ambas e ganhou uma liminar sustando o processo.

Apoio popular

Com 59 mil habitantes, Jaru tem na agricultura sua principal atividade econômica. No município, além de milhares de pequenas propriedades, estão os latifúndios de vários poderosos da política de Rondônia, como o vice-governador

Assis Canuto e o deputado Silvernane Santos. “São esses caciques que sustentam a oposição à nossa administração, inclusive com dinheiro, carros de som e gráfica”, afirma Brás Pretti.

A oposição ao petista Rui Zimmer ganhou o reforço do vice-prefeito, ex-secretário de Finanças e ex-petista Marcos Antonio Chiovetti. Exonerado da secretaria — “ninguém estava satisfeito com o trabalho dele”, diz Brás — Chiovetti jurou fazer “de tudo” para “tirar o

prefeito”. “O que nossos adversários não conseguem é reverter o apoio popular à administração”. Apoio que vem especialmente da zona rural, onde vive metade da população. “No dia da manifestação, veio gente de 80 quilômetros de distância”. Foi para os distritos e pequenas comunidades que se voltou a administração petista. Em pouco mais de um ano, foram construídas ou recuperadas 32 escolas e contratados 200 profissionais de Educação. Os postos médicos, que estavam fechados, hoje funcionam. “Tudo isso apesar da dívida que o ex-prefeito deixou para nós, que limitou muito nossa capacidade de fazer obras”, diz Brás Pretti.

A dívida está sendo paga e a administração petista quer investir agora na área urbana, na sede do município. “É aí que se concentra a maior resistência ao PT, porque não tivemos condições até agora de fazer melhorias significativas na cidade”. Brás Pretti conta que o PT local e a equipe do prefeito estão tranquilos para enfrentar os ataques: “Nós temos organização, capacidade de mobilização. Eles só têm dinheiro. Se tentarem mexer com nossa prefeitura, vai ter uma guerra aqui”.

SÃO VICENTE

Sem enchentes

Diante do descaso do governo do estado, a prefeitura petista de São Vicente (SP) resolveu reformar por conta própria as 19 comportas existentes nos canais e diques da cidade. Já foi feita a licitação para a compra do material.

As comportas são peças importantes no novo Plano Emergencial para acabar com as enchentes em diversos bairros. Pelo menos 40% das enchentes no município seriam evitadas se o governo do estado fizesse a manutenção dessas comportas. Já que Fleury não faz, o prefeito Luca foi à luta.

DIADEMA

Cai índice

A mortalidade infantil em Diadema (SP) está hoje abaixo da média do Estado. Levantamento realizado em 93 constatou um índice de 26 mortes a cada mil nascimentos. A marca do Estado é de 27 mortes em mil.

Em 1982 o município apresentava um dos maiores índices de mortalidade do país — 90 óbitos por mil nascimentos. A redução acentuada da mortalidade infantil em Diadema deve-se à implantação de uma rede de saúde no município. Hoje, tanto as mulheres grávidas quanto crianças até um ano tem atendimento gratuito.

RIBEIRÃO

Alfabetização

Em Ribeirão Preto (SP), a administração petista de Antonio Palocci lançou o programa de alfabetização “Vamos Trocar Lições”, destinado aos servidores da prefeitura. O projeto é consequência do Censo do Servidor, que comprovou a existência — dentre os 10 mil funcionários públicos, da administração direta ou indireta — de 10 por cento de analfabetos ou semi-analfabetos. A meta é alfabetizar todos esses 1.000 servidores em três anos.

SÃO JOSÉ

Novo processo

A prefeita de São José dos Campos (SP), Angela Guadagnin, enviou uma representação ao Ministério Público contra o advogado Luiz Carlos Pêgas por crime de difamação. Pêgas afirmou ao jornal *O Estado de São Paulo* que “a possível supervalorização do contrato entre Prefeitura e IBM foi a forma encontrada pela Prefeitura para fazer ‘caixa’ para a campanha do candidato do PT à presidência da República”. A representação foi recebida pelo promotor de Justiça Walter Tebet Filho.